

Relatório Trimestral de Investimentos

**2º Trimestre
2025**



© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório Trimestral de Investimentos 2025.** 1ª Edição. João Pessoa, 2025.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09
Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370
Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Superintendente:

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto:

Eurípedes Leal de Oliveira

Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

Suzana Sitônio de Eça

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Previdência:

Yuri Veiga Cavalcanti

Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:

Victor Assis de Oliveira Targino

Chefe da Assessoria Jurídica:

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria de Controle Interno:

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Comunicação Social:

Francisco Emerson de Lucena Neto

Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:

Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro

Chefe da Ouvidoria:

Leonardo Neiva de Gouvêa Ribeiro

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

Soraia Dias Monteiro

Chefe da Seção de Administração Geral:

Camila Pires de Sá Mariz Maia

Chefe da Seção Folha de Benefícios:

Daniela Araújo Agostinho Fortes

Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:

Eneas Lyra de Albuquerque

Chefe da Seção Desenvolvimento:

Thiago Henrique Sena de Souza

Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:

Ana Paula Barreto Aquino

Chefe da Seção de benefícios:

Milena Medeiros de Alencar Feitosa Coutinho Torres

Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:

Karla Janaina Vergara de Sá

Gerente Administrativo do Fundo Previdenciário:

Ayrton Ciraulo Neto

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2025 – 2026)

Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:

Titular: Caroline Ferreira Agra

Suplente:

Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:

Titular: Camila Pires de Sá Mariz Maia

Suplente: Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:

Titular: José Augusto de Araújo Souza

Suplente: Kelma Maria Pereira Dionísio

Representante da Sociedade Civil:

Titular: Jéssyca Patricia Paiva Marques Brasileiro

Suplente: : Diego Fernandes Hermínio

Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:

Titular: Valdegil Daniel de Assis

Suplente: Raquel do Nascimento Sabino

Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Franciso de Assis Araújo Neto

Suplente: Giucélia Araújo de Figueiredo

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Aristavora de Sousa Santos

Suplente: Odon Vilar

Servidor Ativo indicado pelo Presidente da Câmara:

Titular: Rafael Barbosa Damasceno

Suplente: Germana Lins Lópes

CONSELHO FISCAL

Biênio (2025-2026)

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito

Titular: Antônio Henrique Gomes dos Santos

Suplente: Karina Leal Ernesto de Amorim

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Joseane Farias de Souza

Suplente: Daniela Araújo Agostinho Fontes

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Milena Medeiros de Alencar Feitosa

Suplente: Erico Heyller Medeiros de Alencar

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Alex Maia Duarte Filho

Suplente: Yan Cavalcanti Aragão

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Luiz Carlos Fernandes de Souza

Suplente: Ednaldo José da Silva

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ayrton Ciraulo Neto - Chefe da Assessoria de Investimentos

Samuel Henrique Schuler Norat - Gerente do Fundo Previdenciário

Maria Eduarda Dias Lima - Economista

Revisão

Joseane Farias de Souza - Analista Previdenciário/Arquivista

1 INTRODUÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados do RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPMJP, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013.

Essa segregação de massas criou dois fundos, o Financeiro (FUNFIN), que tem como escopo custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros do município até 31 de dezembro de 2009 e os seus dependentes; e o Previdenciário (FUNPREV), que objetiva custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros municipais a partir de janeiro de 2010, assim como seus dependentes. Ressalta-se que todo o montante revertido para o FUNPREV é capitalizado constituindo uma reserva financeira para o pagamento de futuros benefícios previdenciários.

Quanto às alíquotas das contribuições previdenciárias, foram publicadas em âmbito municipal a Lei Ordinária nº 13.980, de 03 de julho de 2020 e a Medida Provisória nº 03, de 29 de janeiro de 2021, que estabeleceram modificações na contribuição patronal do município e na contribuição social do servidor público municipal. Atualmente, portanto, tem-se uma alíquota patronal de 28% para o grupo pertencente ao FUNFIN e 16,5% para o grupo pertencente ao FUNPREV. Por sua vez, a contribuição social do servidor público municipal ativo e inativo e os respectivos pensionistas, tanto do FUNFIN quanto do FUNPREV é de 14%.

Quanto ao plano de benefícios previdenciários, estão vigentes as normas previstas na Lei Municipal nº 10.684/2005 e suas alterações. Em atenção à Emenda Constitucional nº 103/2019, o IPMJP em conjunto com Executivo Municipal e o Legislativo deliberaram acerca da Reforma da Previdência Municipal que resultou na Emenda à Lei Orgânica nº 32/2021, cuja vigência teve início em 02 de julho de 2021.

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2019, o IPMJP tem se empenhado em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão. O Instituto detém o nível III do programa, sendo assim, uma das três capitais do nordeste a receber tal certificação.

Em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01, foi emitido para esta autarquia em 26 de julho de 2025 com validade até 22 de janeiro de 2026, atestando, assim, o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717/98, pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Fundo Municipal de Previdência (FUNPRE) – Setor de Investimentos do IPMJP - foi instituído em 2012 com a finalidade de gerir os recursos do fundo previdenciário de modo a alcançar o equilíbrio atuarial deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e é o responsável pelo assessoramento do Comitê de Investimentos (COI) do Instituto.

O setor conta com a atuação do Gerente de investimentos, bacharel em Direito e Ciências Contábeis, com Certificação Profissional da Secretaria de Previdência - SPREV, nível Básico; bem como servidores qualificados e especializados atuando no setor. O IPMJP conta também com o apoio da Assessoria e Consultoria em investimentos de recursos previdenciários da empresa LEMA Economia e Finanças. O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa é formado por 5 servidores, sendo eles, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Previdência, Chefe da Assessoria de Investimentos e dois representantes dos Servidores Ativos e Inativos. O COI IPMJP realiza reuniões ordinárias mensais onde deliberam principalmente acerca da otimização da carteira de investimentos e consequente aquisição de ativos para o portfólio do fundo.

Por fim, em virtude dos fatos mencionados, compreendendo a complexidade das informações relacionadas aos RPPS e da importância da transparência pública e da prestação de contas, esse relatório apresenta as informações detalhadas sobre os resultados consolidados da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário relativas ao segundo trimestre de 2025.

2 RETROSPECTIVA MACROECONÔMICA

O segundo trimestre do ano de 2025 foi marcado pela elevação da taxa Selic no Brasil, que atingiu o patamar de 15% ao ano, nível mais alto em quase 20 anos, mantendo uma postura cautelosa diante da inflação persistente e da incerteza global. O segundo trimestre mostrou um crescimento econômico mais lento no Brasil em comparação com o primeiro trimestre, com o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, registrando um aumento de 0,28%. Apesar do crescimento, houve uma desaceleração em relação ao trimestre anterior, que havia registrado recorde.

A ameaça de tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros continuou criando incertezas no trimestre, como a desaceleração internacional e tensões comerciais que vêm comprometendo exportações e confiança, podendo afetar ainda mais investimento e atividade econômica. Mesmo com incertezas no cenário fiscal e externo, quanto à tarifação dos EUA, o segundo trimestre de 2025 foi bastante positivo para a bolsa brasileira. O Ibovespa apresentou forte valorização, impulsionada por entradas de capital externo, real mais forte, e resultados corporativos robustos em setores domésticos.

No final de junho de 2025, o dólar estava cotado entre R\$ 5,43 e R\$ 5,45, representando uma desvalorização significativa em relação ao início do trimestre, quando o patamar estava mais próximo de R\$ 6,00, movimento impulsionado principalmente pela manutenção da alta taxa de juros local.

3 RENTABILIDADE DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2025

3.1 Estratégias adotadas no segundo trimestre

No segundo trimestre de 2025 a estratégia do IPMJP consistiu, majoritariamente, em incrementar sua posição em NTN-B com recursos advindos de contribuições previdenciárias e pagamento de cupons de outras NTN-B, haja vista a oportunidade atrativa sinalizada pelas taxas de juros ofertadas pelo Tesouro Nacional, que permanecem em patamares elevados, permitindo que se atinja a meta atuarial com o reduzido nível de risco proporcionado por um título da dívida soberana do país. Não obstante o contexto

das taxas de juros apresentadas para aquisição de NTN-B, o estudo ALM 2025 também corrobora com a alternativa escolhida pelo comitê de incrementar sua posição em títulos públicos.

Informamos que as atas detalhadas das reuniões do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do município de João Pessoa podem ser acessadas pelo link: https://www.ipmjp.pb.gov.br/site/governanca/comite_de_investimentos

3.2 Composição atual da carteira

Conforme pode-se observar nas tabelas abaixo, os investimentos da carteira do fundo previdenciário concentram-se especialmente em títulos públicos e em fundos de investimento de renda fixa que contém patrimônio aplicado em títulos públicos. Observando-se durante o período um aumento de concentração em títulos do tesouro nacional e em ativos de renda fixa.

Enquadramento dos investimentos - Março de 2025

Enquadramento	Percentual da Carteira	Estratégia Alvo	Valor
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "a"	54,32%	55%	R\$ 401.822.885,96
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	6,55%	15%	R\$ 48.441.661,57
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	16,62%	5%	R\$ 122.940.300,89
Artigo 7º, Inciso IV	10,08%	10%	R\$ 74.566.747,81
Artigo 8º, Inciso I	10,97%	11,50%	R\$ 81.110.856,65
Artigo 9º, Inciso II	0,35%	0,50%	R\$ 2.595.461,31
Artigo 9º, Inciso III	0,11%	0,50%	R\$ 794.216,21
Artigo 10º, Inciso I	0,90%	1%	R\$ 6.640.487,57
Artigo 10º, Inciso II	0,11%	0,50%	R\$ 795.583,64
Total	100%	100%	R\$ 739.708.201,61

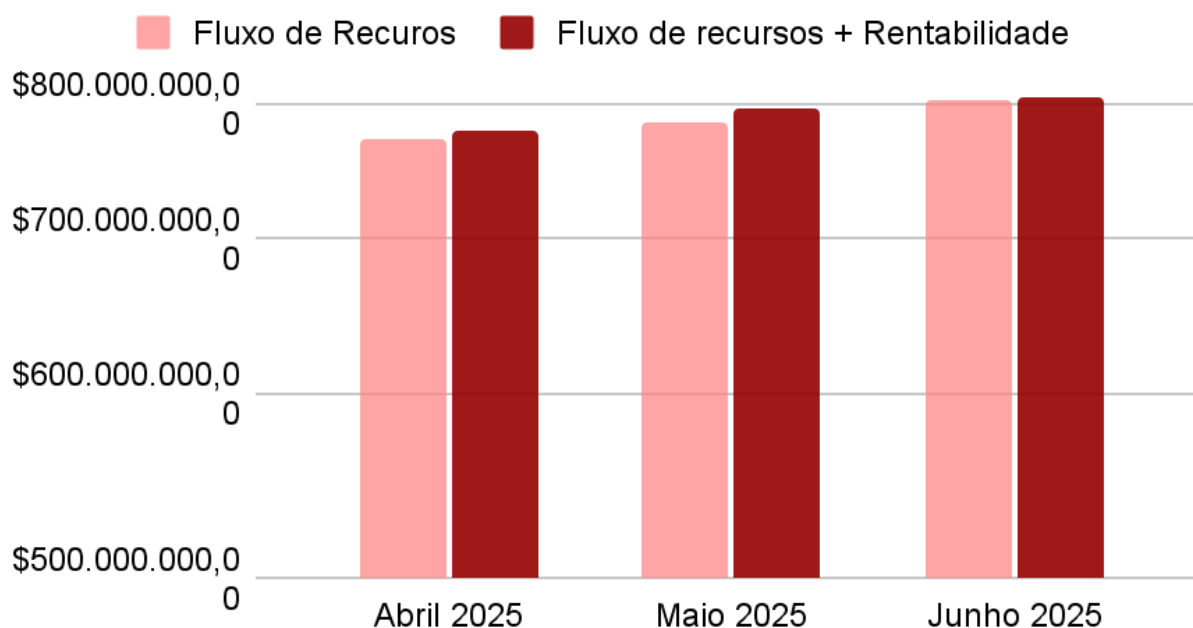
Enquadramento dos investimentos - Junho de 2025

Enquadramento	Percentual da Carteira	Estratégia Alvo	Valor
Artigo 7º, Inciso I, alínea “a”	55,04%	55%	R\$ 439.617.804,15
Artigo 7º, Inciso I, alínea “b”	8,48%	15%	R\$ 67.707.595,75
Artigo 7º, Inciso III, alínea “a”	16,15%	5%	R\$ 129.025.381,83
Artigo 7º, Inciso IV	7,87%	10%	R\$ 62.854.379,89
Artigo 8º, Inciso I	11,19%	11,50%	R\$ 89.349.914,13
Artigo 9º, Inciso II	0,23%	0,50%	R\$ 1.823.813,36
Artigo 9º, Inciso III	0,11%	0,50%	R\$ 899.066,34
Artigo 10º, Inciso I	0,85%	1%	R\$ 6.750.388,30
Artigo 10º, Inciso II	0,09%	0,50%	R\$ 741.142,08
TOTAL	100%	100%	R\$ 798.769.485,83

3.3 Fluxo de caixa dos investimentos e evolução do Patrimônio Líquido

No que toca ao fluxo dos investimentos do primeiro trimestre, considerando rentabilidade consolidada e os aportes mensais dos repasses previdenciários, pode-se observar no gráfico abaixo um crescimento de 8,80% do patrimônio líquido, que corresponde a um incremento de R\$ 65.112.000,43 entre março e junho de 2025.

Evolução Patrimônio Líquido



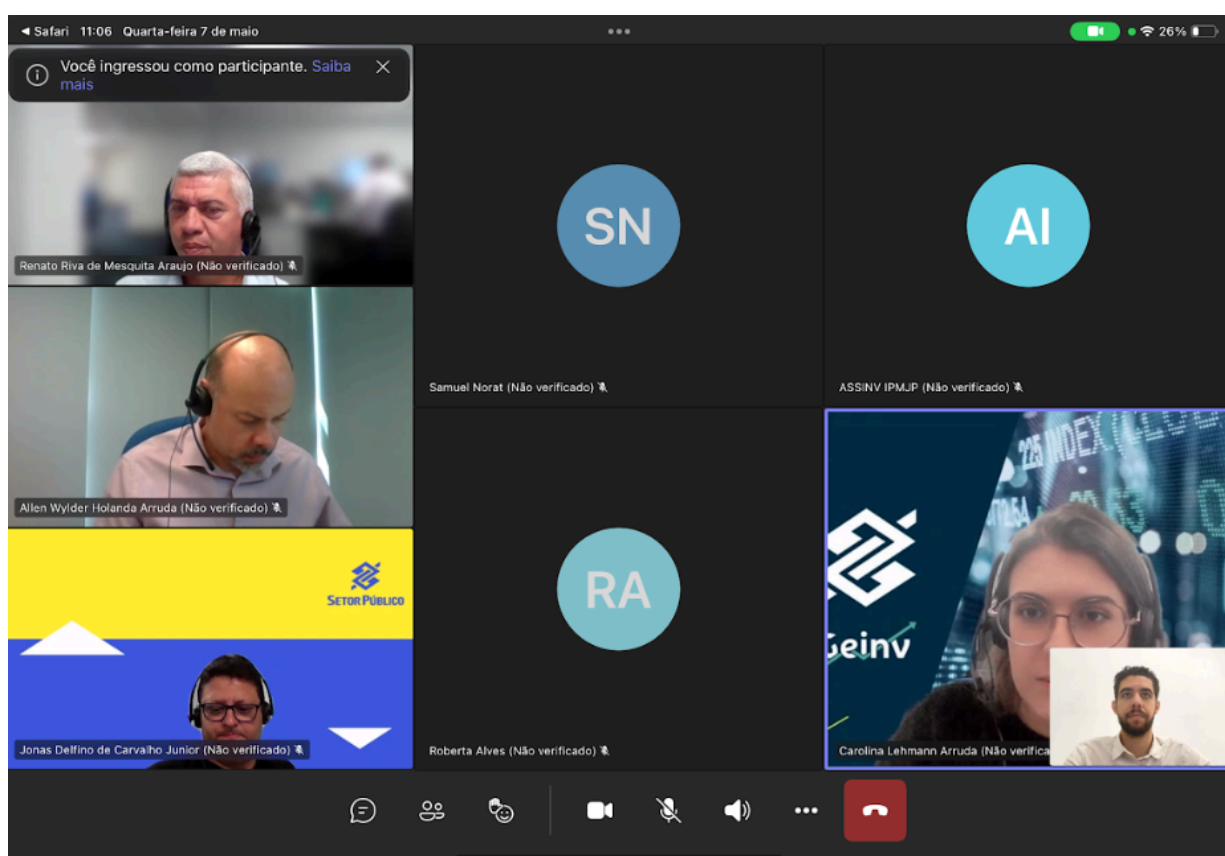
3.5 Atribuição de Resultado

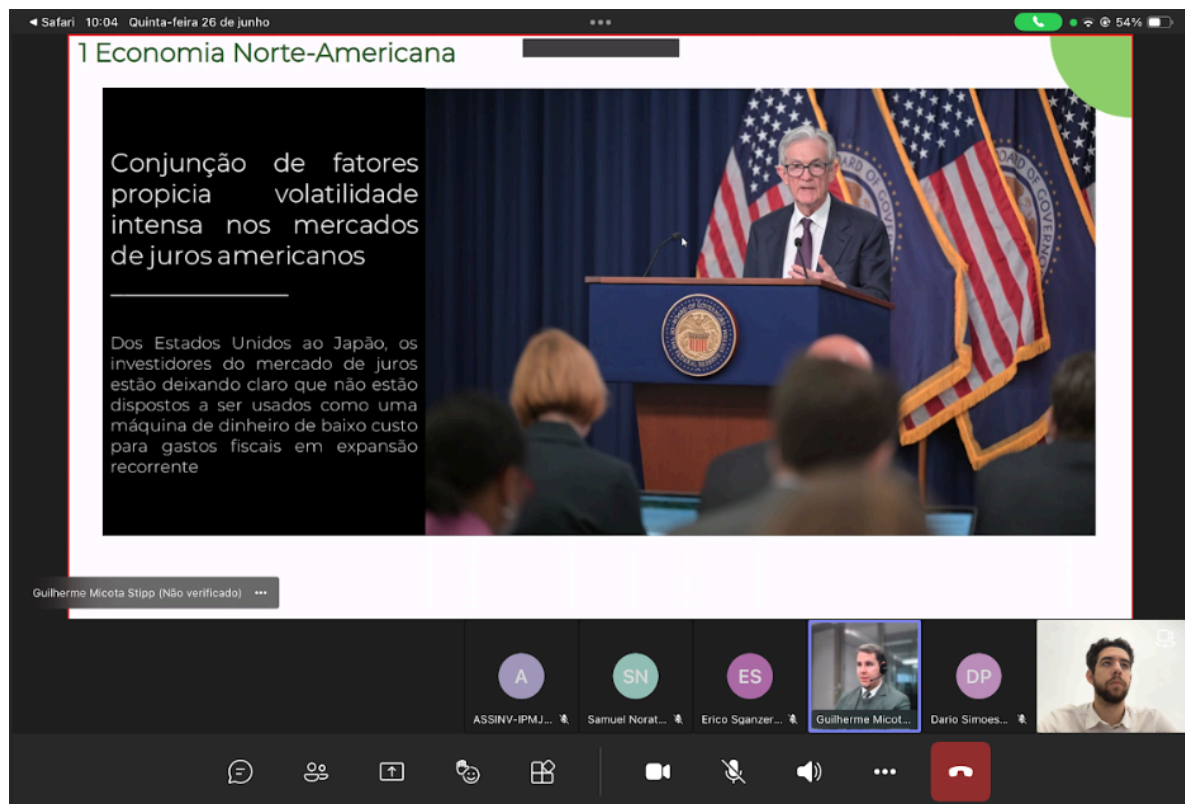
Durante o segundo trimestre de 2025 a carteira do fundo previdenciário valorizou em 3,80%, superando a meta atuarial de 3,36% para o período. Tais resultados refletem a composição da carteira, que se posiciona majoritariamente em títulos públicos, mas contém participação no mercado de renda variável, o que permite obter um nível de risco menor, obtido pelos títulos públicos, mas ainda estar exposto a um maior nível de retorno, proporcionado pela renda variável. Esse maior nível de retorno da renda variável no trimestre auxiliou o maior retorno obtido pela carteira.

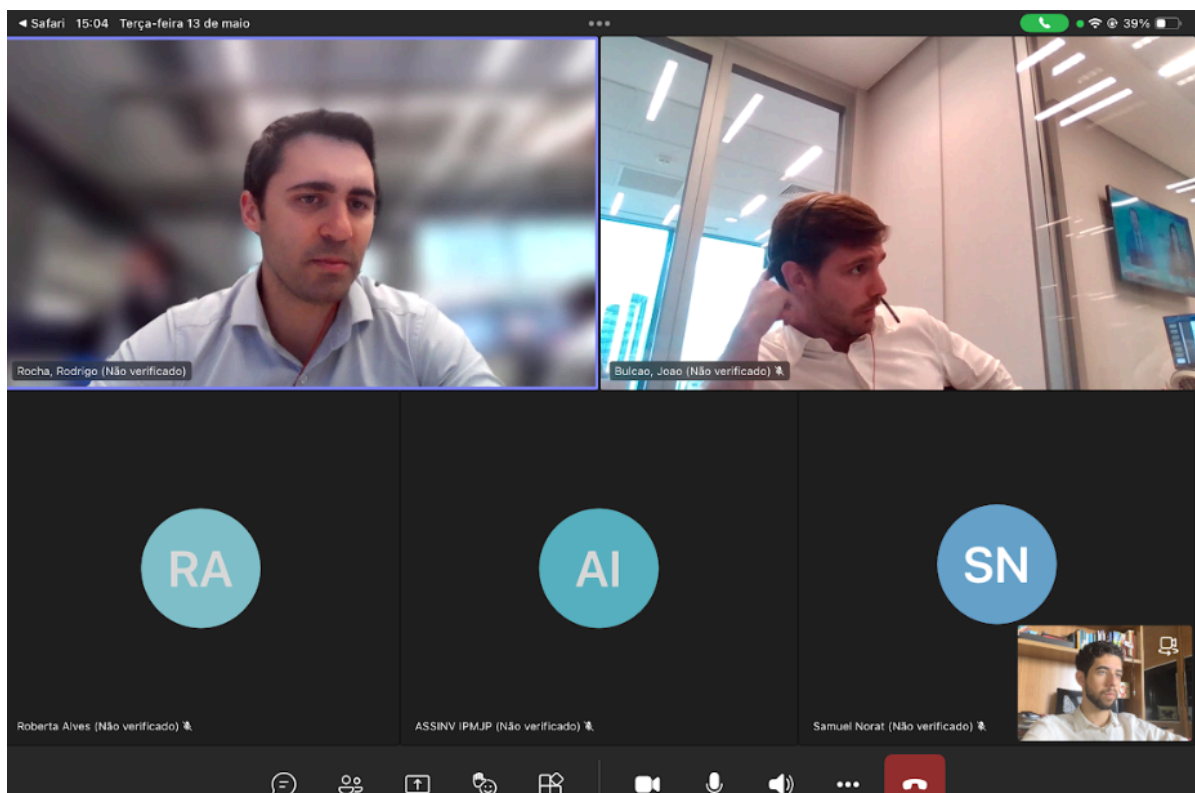
O Ibovespa obteve valorização de 5,88% no trimestre mencionado, mantendo a tendência de alta do início do ano de 2025. Apesar da alta da bolsa, o período foi marcado por um cenário político e fiscal ainda conturbado, ocasionando à resistência das elevadas taxas dos títulos públicos do tesouro nacional e novos reajustes na taxa SELIC para o patamar de 15% ao ano.

4 ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No que se refere ao acompanhamento, cumpre informar que a Assessoria de Investimentos realiza periodicamente reuniões com as instituições financeiras, no sentido de analisar relatórios analíticos de rentabilidade, análise de novos produtos ofertados bem como estudo de carteira e estratégias para alocação dos recursos.







5 PERSPECTIVAS PARA O TERCEIRO TRIMESTRE 2025

O terceiro trimestre de 2025 será desafiador, em grande parte por incertezas geradas quanto a imposição de tarifas dos EUA sobre o Brasil a partir de agosto. A tensão gerada pelo aumento das tarifas de importação ameaçam o comércio nacional e as projeções de lucro das empresas, principalmente das exportadoras, que contribui para a retirada de dinheiro do país, gerando queda da bolsa e aumento do dólar.

Além disso, as expectativas sobre as eleições presidenciais de 2026 estão começando a gerar volatilidade na bolsa, principalmente nas empresas estatais, mais suscetíveis à interferência do governo. Essa percepção negativa está ligada a algumas preocupações, como política fiscal, reformas estruturais. Não obstante, o Brasil entra no 3T25 com uma inflação que, embora ainda sob vigilância, mostra sinais de uma estabilização gradual, influenciada por uma política monetária mais cautelosa. O Banco Central provavelmente manterá a taxa selic em um patamar mais elevado do que inicialmente se esperava para conter os efeitos da desvalorização cambial e garantir que as expectativas inflacionárias permanecem ancoradas. Essa postura, embora essencial para a estabilidade dos preços, pode desacelerar o crescimento do PIB.

Diante do cenário desafiador de elevada incerteza e volatilidade nos mercados globais, a carteira do IPM se mantém em uma posição conservadora, composta majoritariamente por títulos públicos, em especial aqueles atrelados à inflação. Por conseguinte, mantém-se resguardada quanto a tais instabilidades econômicas que poderiam gerar perda de rentabilidade durante o período.